

REASSENTAMENTOS: Solução habitacional pós enchente histórica de maio de 2024



A) Antecedentes do Projeto ou Ação

Em maio de 2024, **Porto Alegre enfrentou a maior enchente de sua história**, atingindo as habitações de mais de 26 mil pessoas e tornando suas residências definitivamente inabitáveis.

O modelo federal então vigente (Portaria Conjunta MCID/MIDR nº 1/2024) **limitava o atendimento habitacional emergencial a casas destruídas ou com danos estruturais irreversíveis**, deixando de fora a realidade local — marcada por imóveis de pé, porém insalubres e inseguros.

O DEMHAB liderou a articulação para alteração dessa normativa, resultando na Portaria MCID nº 682/2024, que **incluiu a possibilidade de remoção integral de famílias de áreas definidas pelo poder público como inadequadas à moradia**, mesmo sem destruição física.

b) Objetivos do projeto ou ação

- **Garantir direito à moradia digna** para famílias atingidas pela enchente.
- **Adaptar a legislação federal** às especificidades do desastre em Porto Alegre.
- Viabilizar **atendimento rápido e desburocratizado** via Programa Compra Assistida.
- Reduzir a **permanência de famílias em abrigos temporários**.

c) Local de Intervenção

Município de Porto Alegre, RS, abrangendo as áreas atingidas pela mancha de inundação, com destaque para:

- Ilhas (Bairro Arquipélogo) – **2.152** beneficiários
- Bairro Sarandi (área sobre dique) – **1.664** beneficiários
- Outras regiões de risco identificadas pelo mapeamento técnico.

d) Prioridades de atendimento: Identificação do grupo alvo

- Famílias residentes em áreas com necessidade de remoção integral por risco sanitário, ambiental ou estrutural advindos da enchente de maio de 2024.
- População em situação de vulnerabilidade social, incluindo idosos, crianças, famílias unipessoais e de baixa renda.

e) Identificação com a categoria em que concorre

4.4 – Melhoria da Gestão da Habitação de Interesse Social

Justificativa: o projeto modernizou procedimentos, influenciou a normativa federal e implementou um modelo ágil e replicável de resposta habitacional a desastres.

f) Prazo de execução

- Início: Maio/2024
- Situação em agosto/2025:
 - Mapeamento **100% concluído** (114 áreas).
 - **4.908 beneficiários identificados** e enviados ao Governo Federal (34 lotes).
 - **4.000 famílias aprovadas** no Programa Compra Assistida.
- Execução de reassentamentos em andamento, com **previsão de conclusão até 2026.**

g) Estratégia adotada

1. Proposição de **adequação normativa** junto ao Ministério das Cidades.
2. Levantamento técnico da mancha de inundação e **definição de áreas de reassentamento**.
3. Criação da Comissão de Calamidade do DEMHAB e **realização de vistorias de campo**.
4. **Cruzamento de dados** com o Registro Unificado Municipal.
5. **Envio estruturado de beneficiários** ao Governo Federal em 34 lotes.
6. Execução via Caixa Econômica Federal no formato Compra Assistida, permitindo que famílias escolhessem imóveis prontos de até R\$ 200 mil.

h) Quadro resumo dos investimentos aportados

Áreas de reassentamento: 114

Beneficiários identificados: 4.908

Beneficiários aprovados: 4.000

Beneficiários nas Ilhas: 2.152

Beneficiários no Sarandi: 1.664

Lotes enviados ao Governo Federal: 34

Valor unitário de imóvel (Programa Compra Assistida): Até R\$ 200.000,00

Valor estimado total de investimento: R\$ 800.000.000,00

i) Equipe técnica envolvida

- Técnicos do DEMHAB: engenheiros, arquitetos, geógrafos, assistentes sociais, economistas, administradores e assistentes administrativos.
- Comissão de Calamidade do DEMHAB: coordenação, supervisão de campo e gestão de dados.

j) Parceiros e papéis

- **Ministério das Cidades:** adequação normativa, análise e aprovação de beneficiários.
- **Caixa Econômica Federal:** execução do Programa Compra Assistida.
- **Defesa Civil:** apoio no mapeamento e logística.
- **FASC:** atendimento social e apoio às famílias desalojadas.
- **Secretarias Municipais:** suporte técnico e operacional.
- **Escritório de Reconstrução:** apoio estratégico e aporte de recursos humanos.

k) Lições aprendidas

- **Adequação normativa é essencial:** a experiência demonstrou que normativas federais precisam prever diferentes tipologias de desastre, não apenas destruição física total, mas também cenários de inabitabilidade por risco sanitário e ambiental.
- **Articulação federativa eficaz:** o diálogo direto e constante com o Governo Federal foi decisivo para a rápida modificação de regras e inclusão de áreas estratégicas (dique, alça de ponte, ilhas).
- **Integração de dados como ferramenta de eficiência:** a utilização do Registro Unificado permitiu agilidade na conferência e envio de informações, garantindo alto índice de aprovação (mais de 80%).
- **Importância da abordagem territorial:** a experiência reforçou a necessidade de considerar as especificidades das áreas atingidas, em especial ocupações históricas em zonas alagáveis e de risco, que concentram população vulnerável e sofrem impactos recorrentes em eventos climáticos extremos.
- **Planejamento preventivo:** a identificação de áreas críticas antes de eventos de grande porte é fundamental para minimizar perdas humanas, sociais e econômicas.

I) Projeto de monitoramento e/ou pós-ocupação

- Acompanhamento das famílias reassentadas pelo Registro Único Municipal e pela rede de assistência social.
- Monitoramento das áreas desocupadas para prevenção de reocupações irregulares.
- Relatórios periódicos sobre a ocupação dos imóveis adquiridos e a efetividade do reassentamento, com atenção especial a eventuais riscos futuros.

OBRIGADO!

**porto
alegre**
PREFEITURA

A gente
trabalha.
A vida
melhora.

